

Coleção **GRANDES TEMAS DO NOVO CPC**

Coordenador geral: FREDIE DIDIER JR.

10

JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS

COORDENADORES

Fredie Didier Jr.

Leonardo Carneiro da Cunha



2017

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

J94 Julgamento de casos repetitivos / Fredie Didier Jr. e Leonardo Carneiro da Cunha
– Salvador: Juspodivm, 2016.
480 p. (Coleção grandes temas do novo CPC, v. 10 / Coordenação geral, Fredie Didier Jr.)

Vários autores.
ISBN 978-85-442-1387-2.

1. Julgamento. 2. Casos repetitivos. 3. Decisões judiciais: espécies e formas.
I. Didier Jr., Fredie. II. Cunha, Leonardo Carneiro da. III. Título.

CDD 341.4651

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1084757

Sumário

CAPÍTULO 1 ► Ações coletivas e procedimentos para a resolução de casos repetitivos: Qual o espaço destinado a cada um? Procedimentos de resolução de casos repetitivos 15

Andre Vasconcelos Roque

1. Introdução	15
2. Origem das ações coletivas no Brasil	16
3. Avanços e retrocessos na tutela coletiva	18
4. Os procedimentos para resolução de casos repetitivos entram em cena	27
5. Conclusão: qual o espaço destinado a cada um?	30
6. Referências Bibliográficas	32

CAPÍTULO 2 ► A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos 37

Antonio do Passo Cabral

1. Introdução	37
2. Observações Preliminares	41
2.1. O que se entende por “escolha” da causa-piloto e quem pode selecioná-la	41
2.2. Selecionar uma ou várias causas?	43
3. A Importância Da Escolha Da Causa Para O Julgamento De Processos Repetitivos: Necessidade De Fundamentação	44
4. Dois Vetores para a seleção da causa	47
4.1. Amplitude Do Contraditório no Processo Originário	48
4.1.1. Completude Da Discussão (Maior Quantidade De Argumentos)	48
4.1.2. Qualidade da Argumentação	50
4.1.3. Diversidade dos Argumentos	52
4.1.4. Contraditório Efetivo (Contra-Argumentação e Completude da Decisão)	53
4.1.5. A inexistência de restrições à cognição e à prova no processo originário	54
4.2. Pluralidade e representatividade dos sujeitos do processo originário	57
5. Conclusão	61
6. Bibliografia	62

CAPÍTULO 3 ► Do incidente de resolução de demandas repetitivas no processo civil brasileiro 65

Edilton Meireles

1. Introdução	65
2. Do cabimento	66
2.1. Repetição de processos sobre a mesma questão de direito	67
2.1.1. Vinculação às decisões do STJ e às decisões do TST	74
2.1.2. Órgãos vinculados	83
2.1.3. IRDR em “justiças” diversas	89
2.2. Risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica	91
2.3. O IRDR, o incidente de assunção de competência e a arguição de inconstitucionalidade	93
3. Legitimidade	94
4. Desistência ou abandono da causa	97
5. Momento	98
6. Competência	98
7. Suspensão Prejudicial	103
7.1. Revogação da suspensão	112
8. Do procedimento	116
9. Da decisão, sua vinculação e reflexos	125
10. Da revisão da tese	128
11. Dos recursos	129
12. Cabimento na justiça do trabalho	135
13. Cabimento nos juizados especiais	137
14. Referências	138

CAPÍTULO 4 ► A dimensão coletiva dos direitos individuais homogêneos: ações coletivas e os mecanismos previstos no Código de Processo Civil de 2015 139

Eduardo Talamini

1. Introdução	140
2. Três Fenômenos Modernos	140
2.1. Os direitos fundamentais “de terceira geração”: direitos difusos	141
2.2. O pluralismo participativo: direitos coletivos	141
2.3. A sociedade de massas: direitos individuais homogêneos	142
3. A pretensa distinção essencial entre direitos individuais homogêneos e direitos coletivos (e difusos)	143

3.1. Tutela de direitos coletivos x tutela coletiva dos direitos	143
3.2. Decorrências	143
3.2.1. Legitimação ativa e interesse jurídico	143
3.2.2. Coisa julgada	145
4. O insight de Alcides Munhoz Da Cunha	147
5. O substrato jurídico-material coletivo nas ações de tutela dos direitos individuais homogêneos – a regra do art. 100 do código do consumidor	150
6. O direito material e o processo	152
7. Decorrências no âmbito da ação coletiva	153
7.1. Legitimidade Ativa	153
7.2. Adequação da ação coletiva	154
7.3. Coisa julgada	155
8. Os Direitos Individuais Homogêneos no Código de Processo Civil de 2015	157
8.1. O procedimento de julgamento de recursos repetitivos (julgamentos “por amostragem”)	157
8.2. O substrato jurídico-material difuso	158
8.3. O Código de Processo Civil de 2015	160
8.3.1. Os Mecanismos de Julgamento por Amostragem	160
8.3.2. A conversão da ação individual em coletiva	162
8.3.3. Dever Judicial de Notificação de Legitimados para Ação Coletiva (Art. 139, X)	163
9. Conclusão	164

CAPÍTULO 5 ► A conciliação em causas repetitivas e a garantia de tratamento isonômico na aplicação das normas 167

Francisco de Barros e Silva Neto

CAPÍTULO 6 ► Ações coletivas e o incidente de julgamento de casos repetitivos – espécies de processo coletivo no Direito brasileiro 181

Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr.

1. Nota Introdutória	181
2. Conceito de processo coletivo	182
3. Instrumentos para a tutela das situações jurídicas coletivas no direito brasileiro: a ação coletiva e o incidente de julgamento de casos repetitivos ...	185

CAPÍTULO 7 ► O julgamento de recursos de revista repetitivos e a IN 39/2016 do TST: o processo do trabalho em direção aos precedentes obrigatórios 193

Fredie Didier Jr. e Lucas Buril de Macêdo

1. Aspectos gerais da reforma processual trabalhista pela lei 13.015/2014	194
2. Rápidas noções acerca dos precedentes obrigatórios úteis à compreensão da reforma processual trabalhista	195
3. O procedimento para julgamento de recursos de revista repetitivos	205
4. As principais novidades da lei 13.015/2014 ligadas aos precedentes judiciais obrigatórios	219
5. Conclusão	226

CAPÍTULO 8 ► A decisão de organização do incidente de resolução de demandas repetitivas: importância, conteúdo e o papel do Regimento Interno do Tribunal 227

Fredie Didier Jr. e Sofia Temer

1. Introdução	227
2. Função do relator na instauração e condução do irdr	228
3. Decisão de organização: laconismo do cpc e o papel do regimento interno como fonte de regulamentação complementar	233
3.1. Delimitação do objeto do incidente: identificação da questão jurídica e da categoria fática e o dever de congruência	234
3.2. Poderes do relator e escolha dos casos representativos	237
3.3. Abertura ao debate: fixação de diretrizes para a participação no incidente	238
3.4. Ainda: comunicação prévia ao ente público ou agência reguladora e disponibilização online de informações atualizadas	242
3.5. Suspensão dos processos repetitivos	244
3.6. Interpretação provisória e prosseguimento quanto a atos processuais independentes: alternativas à suspensão total nos casos de irdr sobre questão de direito processual	246
4. Conclusões	249
5. Referências	250

CAPÍTULO 9 ► Reclamação e questões repetitivas 251

Gustavo Azevedo

1. Introdução	251
2. A Reclamação Constitucional No CPC/2015	253

3. Microsistema de gestão e julgamento de casos repetitivos	255
4. Questões repetitivas	259
5. Reclamação Repetitiva	265
5.1. A aplicação do incidente de resolução de demandas repetitivas à reclamação	265
5.1.1. Questões repetitivas processuais próprias da reclamação	267
5.1.2. Questões repetitivas, processuais ou materiais, próprias de qualquer processo	267
5.1.3. Questões repetitivas surgidas na reclamação em virtude da inobservância ou erro na aplicação de precedente	269
5.2. A escolha da reclamação paradigma	274
5.3. Suspensão das demais reclamações ou processos de idêntica controvérsia	276
6. Síntese do artigo	277
7. Referências	278

Capítulo 10 ► O microsistema de formação de precedentes judiciais vinculantes previsto no novo CPC 281

Humberto Dalla Bernardina De Pinho e Roberto De Aragão Ribeiro Rodrigues

1. Introdução	281
2. Conceitos basilares para a compreensão do tema: jurisprudência, precedente judicial e verbete de súmula	284
3. Precedentes judiciais típicos da doutrina do stare decisis x precedentes judiciais vinculantes na experiência brasileira	288
4. As regras estruturantes do novo cpc quanto à uniformização da jurisprudência e à formação de precedentes judiciais vinculantes	292
5. A modulação temporal das alterações jurisprudenciais e da superação de precedentes judiciais vinculantes	297
6. Considerações finais	308
7. Referências	308

CAPÍTULO 11 ► Recursos contra decisão proferida em incidente de resolução de demandas repetitivas que apenas fixa a tese jurídica 311

Leonardo Carneiro da Cunha e Fredie Didier Jr.

1. O julgamento de casos repetitivos no CPC	311
2. Microsistema de julgamento de casos repetitivos e sua dupla função	312
3. Sistema adotado: causa-piloto ou causa-modelo?	315

3.1. Generalidades	315
3.2. A opção brasileira	316
3.3. A desistência ou abandono do caso-piloto. A hipótese de causa-modelo no direito brasileiro	318
3.4. Conclusão parcial	320
4. A recorribilidade e o julgamento da causa-modelo	320

CAPÍTULO 12 ► A Análise dos Recursos Excepcionais pelos Tribunais Intermediários. O pernicioso art. 1.030 do Código de Processo Civil e sua inadequação técnica como fruto de uma compreensão equivocada do sistema de precedentes vinculantes	327
---	------------

Lucas Buril de Macêdo

1. Introdução	328
2. O art. 1.030 do CPC/2015 – breve histórico legislativo	329
3. O art. 1.030 do CPC/2015 – compreensão	332
4. O “juízo de admissibilidade” a quo nos recursos excepcionais e a compreensão da distinção como método de aplicação de precedentes – primeira crítica	341
5. Os recursos extraordinário e especial como meios por excelência de construção e alteração do direito – segunda crítica	348
6. Proposta de interpretação conforme à constituição e de modificação da lei	353

CAPÍTULO 13 ► Um recurso ao descongestionamento: o procedimento das causas repetitivas como meio de contenção à sobrecarga de processos e sua aplicação pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região	365
--	------------

Marta Valéria C. B. Patriota

Introdução	366
1. As causas repetitivas e a sua diferença com as causas coletivas e individuais .	368
2. Necessidade de técnicas processuais para as causas repetitivas	372
2.1. Stare Decisis	372
2.2. Agregação E Tramitação Preferente	375
2.3. Musterverfahren	381
2.4. O julgamento por atacado (art. 543-C, DO CPC/1973) – Lei 11.672/08	383
2.5. Do julgamento do recurso especial repetitivo no código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015)	387

2.6. Incidente de coletivização (código de Processo Civil de 2015 – CPC/2015)	392
3. O processamento das causas repetitivas do tribunal regional federal da 5ª região	396
4. Referências	403

CAPÍTULO 14 ► Recursos repetitivos no novo CPC: sistematização e racionalidade 407

Ney Castelo Branco Neto

1. Introdução	407
2. A constitucionalização do direito processual no novo cpc e o modelo adotado para a solução de massa	409
3. A racionalização dos julgamentos por meio dos recursos repetitivos no novo código de processo civil	410
4. Princípios e regras nas demandas de massa	418
5. Considerações finais	421
6. Referências bibliográficas	421

CAPÍTULO 15 ► Uma breve reflexão sobre as técnicas de resolução de casos repetitivos sobre o acesso à justiça 423

Társis Silva de Cerqueira

1. Premissas	423
2. Acesso à justiça: da evolução à malfadada contradição	427
3. A nova sistemática em vista da solução do problema dos processos repetitivos no Brasil	437
4. Referências	442

CAPÍTULO 16 ► Reclamação e causas repetitivas: alguns pontos polêmicos 445

Tiago Asfor Rocha Lima e André Dias Fernandes

1. Notas introdutórias	445
2. Pressupostos de conhecimento da reclamação no novo cpc	448
3. Estudo de uma hipótese: reclamação e causas repetitivas	453
3.1. Inconstitucionalidade da vinculação forte aos precedentes mediante reclamação?	454
3.2. IRDR e reclamação com efeitos no microsistema dos juizados especiais	458

4. Processamento de reclamações sob o rito dos recursos repetitivos?	462
5. Reclamação como instrumento de revisão da tese fixada em adi, adc ou recursos repetitivos?	465
6. Conclusões	472
7. Referências	472
APÊNDICE	475